

CAPÍTULO II

COMPLEMENTAÇÃO

Sonia Cyrino*
Jairo Nunes**
Emilio Pagotto***

Sumário

- 2.1. Introdução
- 2.2. A noção de complementação nas gramáticas tradicionais
- 2.3. A noção de complementação a ser adotada neste volume
- 2.4. Tipos de verbos em função de sua complementação
 - 2.4.1. Verbos sem argumentos
 - 2.4.2. Verbos transitivos
 - 2.4.3. Verbos bitransitivos
 - 2.4.4. Verbos inacusativos e inergativos
 - 2.4.5. Verbos de alçamento
 - 2.4.6. Verbos leves
- 2.5. Forma dos complementos
 - 2.5.1. Aspectos gerais da complementação em português brasileiro
 - 2.5.2. Complementos sentenciais
 - 2.5.3. Complementos pronominais
 - 2.5.3.1. Primeira pessoa
 - 2.5.3.2. Segunda pessoa
 - 2.5.3.3. Terceira pessoa
 - 2.5.3.4. Ordem dos clíticos
 - 2.5.4. Complementos foneticamente nulos
 - 2.5.4.1. O objeto nulo
 - 2.5.4.2. Sintagmas preposicionais nulos
- 2.6. Sistematização formal das estruturas de complementação
 - 2.6.1. Generalizando estruturas com verbos leves: verbos transitivos
 - 2.6.2. Verbos transitivos *versus* verbos inacusativos
 - 2.6.3. Verbos inacusativos *versus* verbos inergativos
 - 2.6.4. Verbos bitransitivos
 - 2.6.5. Verbos “transitivos” com dois argumentos internos
 - 2.6.6. Esquema geral da estrutura do sintagma verbal

2.1. Introdução

Vimos no Capítulo 1 que, numa perspectiva fregeana, um predicado pode subsidiar julgamentos sobre a verdade ou falsidade de proposições somente quando estiver conectado aos argumentos que ele requer. Diz-se nesse caso que o predicado está saturado. Um predicador verbal como *colocar*, por exemplo, demanda três argumentos e é a sua saturação através da conexão com os sintagmas *eu, a e na [escola] maternal* em

* Universidade Estadual de Campinas/CNPq (Proc. 308765/2006-0)

** Universidade de São Paulo/CNPq (Proc. 401148/2006-8)

*** Universidade Federal de Santa Catarina

(1), por exemplo, que permite que a proposição associada a essa sentença seja julgada como verdadeira ou falsa.

(1) *a minha menina tem três anos agora ela foi a escola com um ano e quatro meses...eu a coloquei na maternal com um ano e quatro meses* (DID SSA 231)

Observe que essa concepção estritamente lógica oblitera a clássica distinção entre sujeitos e complementos, pois cada argumento tem uma relação direta com o verbo. A questão que devemos contemplar é se esta distinção é relevante do ponto de vista lingüístico e, em caso afirmativo, como capturá-la.

Que essa distinção é pertinente para uma compreensão mais abrangente da faculdade da linguagem é fato indiscutível. Basta uma breve olhada em qualquer gramática para encontrarmos uma série de diagnósticos semânticos e sintáticos que opõem sujeitos, de um lado, e complementos, de outro. Pode-se (e deve-se!) questionar se os diagnósticos são os mais adequados e se são derivados da interação de propriedades mais básicas. Mas a idéia de que a distinção sujeito-complemento deve ser capturada em algum nível de análise é ponto pacífico nos estudos lingüísticos.

Este capítulo enfocará as relações de complementação no português brasileiro (PB), estando organizado da seguinte forma. A seção 2.2 retoma a concepção de complementação existente na gramática tradicional e a seção 2.3 explicita a noção de complementação que exploraremos aqui, introduzindo a distinção entre argumentos externos e internos. A seção 2.4 apresenta uma tipologia de verbos em função dos tipos de complementos que **eles** tomam e a seção 2.5 discute as várias possibilidades de realização desses complementos no PB. Finalmente, a seção 2.6 refina a estrutura geral do sintagma verbal com base na tipologia apresentada na seção 2.4.

2.2. A noção de complementação nas gramáticas tradicionais¹

A gramática tradicional geralmente flutua entre dois eixos para estabelecer a distinção entre sujeitos e complementos. Num eixo mais semântico, privilegiando aspectos lexicais do verbo, o sujeito é tido como o elemento que tipicamente pratica a ação expressa pelo verbo e o complemento, como o paciente dessa ação. Embora capture de modo transparente os prototípicos predicados de ação na voz ativa, como em (2), por exemplo, em que *nós* é o agente da ação e o sujeito da sentença e *muito xinxim de galinha...bobó de camarão...acarajé* é o paciente da ação e o complemento do verbo, essa noção não se mostra adequada nos exemplos de (3).

(2) *então nós comemos muito xinxim de galinha...bobó de camarão...acarajé*
(DID RJ 328)

(3) a. *Quase sempre ela é procurada pelos alunos* (D2 SP 360)
b. *Nós fomos a um restaurante lá* (DID RJ 328)
c. *Eu gosto mais de laranja* (DID RJ 328)
d. *Nós passamos uma tarde num lugar onde eles serviram uma refeição.* (DID RJ 328)

¹ A maioria das gramáticas pedagógicas brasileiras ainda se pauta pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), publicada pelo Ministério da Educação e Cultura por meio da Portaria No. 36, de 28 de Janeiro de 1959. A NGB distingue somente dois tipos de complemento – objeto direto e indireto –, não levando em conta complementos de natureza mais adverbial, chamados por Rocha Lima (1972) de complementos circunstanciais. Para uma explicação da nomenclatura sistematizada pela NGB, ver Kury 1964.

Em (3a), temos um caso em que o sujeito da sentença não corresponde ao agente da ação expressa pelo verbo (*os alunos*), mas ao paciente (*ela*). Em (3b), por sua vez, temos um verbo de ação que toma como complemento um elemento locativo (*a um restaurante lá*), que não é entendido naturalmente como o paciente da ação. Já em (3c) e (3d) não temos verbos de ação. Verbos psicológicos como *gostar* podem ser analisados como requerendo um experienciador e uma fonte desencadeadora da experiência psicológica, enquanto verbos de estado como *passar*, como requerendo um tema, um tempo e um lugar. Apesar da ausência de agentes e pacientes em (3c) e (3d), ainda assim se observa a distinção entre sujeitos de um lado (*eu* em (3c) e *nós* (3d)) e complementos de outro (*de laranja* em (3c) e *uma tarde e num lugar onde eles serviram uma refeição* em (3d)). Destaque-se também que em (3b) e (3d) os complementos têm natureza adverbial, fato que é apontado por inúmeros gramáticos, mas acabou ignorado pela Nomenclatura Gramatical Brasileira de 1959, que vem pautando as gramáticas escolares a partir dos anos 60.

O outro eixo que a gramática tradicional explora para distinguir sujeitos de complementos é de natureza mais sintática. Nessa perspectiva, o sujeito é tomado como o sintagma com o qual o verbo concorda e que exibe caso reto (nominativo) quando pronominal. Uma vez identificado assim o sujeito, as gramáticas costumam então lidar com a relação de complementação na descrição da sintaxe dos termos da sentença e nas listas de regência. No caso específico da complementação verbal, levam-se em conta as relações de complementação para classificar tipos de verbos (transitivos, intransitivos e de ligação) e a forma dos complementos para distinguir sua função sintática (objeto direto e objeto indireto). Já o termo *regência* tem sofrido mudanças no seu emprego: já designou a relação entre um núcleo e seus especificadores e complementos, passando a designar apenas as relações de complementação, sendo por fim empregado mais recentemente como a subcategorização lexical de cada verbo com relação à preposição. A regência de um verbo passa a ser, assim, a presença ou não de preposição no seu complemento e a especificação lexical dessa preposição.

Essa perspectiva mais sintática faz as distinções desejadas entre sujeitos e complementos nos dados de (2) e (3), mas de certa forma perde-se agora a generalização de que, passivas à parte, quando verbos de ação estiverem associados a um agente e um paciente, o agente vai corresponder ao sujeito e o paciente, ao complemento. Ou seja, uma visão estritamente sintática não explica por que é o agente o elemento que desencadeia a concordância verbal nessas construções.

A noção de complementação que vamos adotar neste capítulo vai tomar os eixos semântico e sintático não como excludentes, mas como complementares. Como veremos na seção 2.3 abaixo, as generalizações semânticas serão determinadas pela estruturação da relação do verbo com seus argumentos e as questões pertinentes à concordância verbal estarão associadas à posição estrutural dos argumentos dentro da sentença.

2.3. A noção de complementação a ser adotada neste volume

A informação constante na entrada lexical de um verbo envolve, entre outras coisas, três especificações: (i) quantos (de zero a três) são os argumentos que esse verbo requer; (ii) qual é o papel temático (agente, paciente, experienciador *etc.*) desses argumentos; e (iii) qual é a realização sintática (sintagma nominal, sintagma preposicional *etc.*) de tais argumentos. Até certo ponto, essas especificações são independentes. Os verbos *adorar* e *gostar* em (4), por exemplo, requerem o mesmo

número de argumentos e o mesmo tipo de papel temático para esses argumentos, mas exigem complementos sintáticos diferentes: enquanto *adorar* seleciona um sintagma nominal (SN), *gostar* seleciona um sintagma preposicional (SPrep).

- (4) a. *eu adorei o tal do acarajé* (DID RJ 328)
 b. *eu gosto de qualquer tipo de bebida...cachaça...desde a cachaça até o vinho mais fino* (DID RJ 328)

Do ponto de vista semântico, por outro lado, um verbo não somente determina o número de argumentos a serem projetados na sintaxe, como também especifica que tipos de relações semânticas se estabelecem entre tais argumentos e o processo descrito pelo verbo. Ao contrário do que poderia sugerir a abordagem fregueana mencionada na seção 2.1, diferentes argumentos não interagem com o verbo ou entre si da mesma maneira. Considere os exemplos com o verbo *tomar* em (5), por exemplo.

- (5) a. *e também não tinha sal:: temperinho porque às vezes agora a gente precisa tomar sopa de pedregulho né?* (EF SP 405)
 b. *TOdo o DIA pegava uma amiguinha pegava um:: bonde aqui (do) São João que tinha..., e:: íamos tomar banho né? lá no:: no Barroso...* (DID POA 45)
 c. *essa parte estudantil que está se interessando para isso por isso...está tomando assim::ma/...maior impulso...* (DID SP 234)
 d. *os alunos parece que tomam conta... dos professores...* (DID POA 45)
 e. *é um milagre, foi uma economia...impelida a seguir o seu caminho, tendo que tomá-lo tá claro?* (EF RJ 379)
 f. *através DEle que o senhor presidente vai tomar pé... das questões... mais importantes... desde as menores digamos assim até as mais relevantes...* (DID REC 131)
 g. *porque normalmente quando tem muitos...e um começa... (...) a...a a ((risos)) a tomar atitudes mais ou menos autoritárias* (D2 SP 360)
 h. *essa questão... toma uma outra dimensão... porque DESAPARECE... por assim dizer... a chamada relação... padrão...e empregado...* (DID REC 131)
 i. *mas o tipo de trote mesmo que eu tomei eu achei uma beleza...* (DID SSA 98)

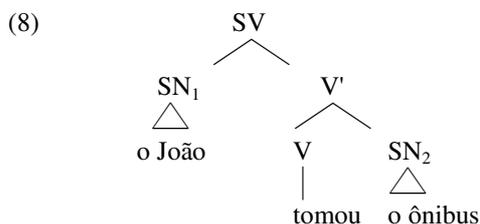
Embora *tomar* selecione dois argumentos em todas as sentenças de (5), o verbo parece formar uma unidade semântica com apenas um dos argumentos. Ou seja, *tomar sopa*, *tomar banho*, *tomar impulso*, *tomar conta*, *tomar um caminho*, *tomar pé*, *tomar uma atitude*, *tomar uma dimensão* e *tomar trote* em (5) soam como unidades semânticas bem formadas na medida em que podem ter seu valor semântico estabelecido independentemente do outro argumento requerido pelo verbo; já seqüências como *a gente toma*, *nós tomávamos*, *essa parte estudantil toma*, *os alunos tomam*, *uma economia tomou*, *o senhor presidente tomará*, *um toma*, *essa questão toma* ou *eu tomei* só recebem interpretação apropriada quando associados ao outro argumento do verbo.

O contraste entre as sentenças de (6) e (7) abaixo também aponta para a mesma conclusão. Manteve-se como constante em (6) o segundo argumento de *tomar* e em (7) o primeiro argumento. Em (6), a mudança do primeiro argumento de o *João* para o *cachorro* não acarreta diferença na interpretação do segundo argumento. Já em (7), embora o primeiro argumento se mantenha constante, seu papel semântico muda à medida que muda o segundo argumento. *O João* tem um papel semântico totalmente distinto quando associado a *tomar uma decisão* e *tomar um pescoção*, por exemplo. Dito de outra forma, a interpretação do primeiro argumento é composicionalmente determinada não em função de uma relação direta com o verbo, mas em função da relação previamente estabelecida entre o verbo e o segundo argumento.

- (6) a. O João tomou água.
b. O cachorro tomou água.
- (7) a. O João tomou o ônibus.
b. O João tomou café.
c. O João tomou vergonha.
d. O João tomou uma decisão.
e. O João tomou um peçoção.

Fatos como os ilustrados em (5)-(7) estão, na verdade, em consonância com a herança gramatical que se origina da gramática de Port-Royal, que toma a complementação de um verbo como uma espécie de desdobramento do elemento predicador. Sendo o verbo um predicador – aquele que diz algo do sujeito –, o verbo intransitivo seria o predicador por excelência. O verbo transitivo, por sua vez, constituiria com o seu complemento uma espécie de predicador composto: é um predicador cuja raiz não traria toda a informação necessária à predicação, precisando ser desdobrado.

Evitando-se as armadilhas a que o termo *sujeito* pode conduzir, assunto que será discutido no Capítulo 3, a assimetria entre diferentes argumentos vista acima foi reinterpretada mais recentemente em função da oposição *argumento externo vs. argumento interno*. A idéia é que a relação de dependência semântica entre os argumentos espelha uma assimetria sintática. Em (7a), por exemplo, *tomou* forma uma unidade sintática complexa com o sintagma nominal *o ônibus*, excluindo o primeiro argumento, como representado em (8).



Em (8), cada nó na árvore representa um constituinte sintático. Assim, a conexão sintática entre o verbo e SN₂ forma um constituinte verbal, V', chamado de projeção intermediária para se distinguir do item lexical *tomou* e de todo o sintagma verbal, e a conexão sintática de V' com SN₁, por sua vez, resulta no sintagma verbal pleno (SV). A representação em (8) pode receber agora uma interpretação semântica composicional adequada, baseada na estrutura sintática: o verbo estabelece uma relação semântica com SN₂ e V' estabelece uma relação semântica com SN₁. É por isso que se mudamos o segundo argumento das sentenças de (7), o valor semântico de *o João* pode se alterar. Ao substituir *o ônibus* por outro sintagma nominal, o conteúdo de V' em (8) vai ser diferente e, portanto, a relação semântica estabelecida entre V' e SN₁ é potencialmente diferente.

Chega-se, assim, à distinção entre argumentos internos e externos. Argumentos internos estabelecem uma relação sintática direta com o verbo no interior de V', enquanto argumentos externos são os elementos que estão imediatamente dominados por SV e estabelecem uma conexão sintática com V'. À oposição semântica argumento externo / argumento interno corresponde a distinção sintática

especificado'r/complemento. Em (8), por exemplo, dizemos que *o João* é o argumento externo/especificador de *tomou* e *o ônibus*, seu argumento interno/complemento.

Um argumento independente para a estrutura do sintagma verbal nos moldes de (8) é fornecido por expressões idiomáticas. São inúmeros os casos de expressões idiomáticas com o formato $[_{SV} SN_1 [_{V'} V SN_2]]$, em que o verbo e o argumento interno sombreados formam uma expressão idiomática que não inclui o argumento externo, como exemplificado em (9).

- (9)
- | | |
|-------------------------------|-----------------------------|
| a. O João pintou o setê. | (‘fez bagunça’) |
| b. O João bateu o pé. | (‘insistiu em sua posição’) |
| c. O João esticou as canelas. | (‘morreu’) |
| d. O João chutou o balde. | (‘fez besteira’) |

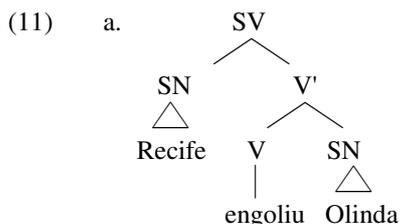
Por outro lado, não existem casos com o formato $[_{SV} SN_1 [_{V'} V SN_2]]$, que deveriam corresponder a expressões idiomáticas envolvendo o argumento externo e o verbo, excluindo o argumento interno. Essa lacuna encontra explicação se expressões idiomáticas tiverem de corresponder a um constituinte sintático. Observe que SN_1 e V não formam um constituinte sintático nessas estruturas. Em outras palavras, a inexistência de expressões idiomáticas com o formato $[_{SV} SN_1 [_{V'} V SN_2]]$ mostra que o argumento externo não estabelece uma relação semântica direta com o verbo, mas sim com V' .

Apesar de estar fundamentalmente alicerçada numa distinção estrutural, observe que a oposição argumento externo/argumento interno está norteada para o eixo semântico mencionado na seção 2.2. Subjaz a essa discussão a idéia de que um argumento vai ocupar a posição de especificador ou de complemento do verbo em função de seu papel temático. Assim, o papel temático de agente será canonicamente atribuído à posição de especificador do verbo e o de paciente, ao seu complemento. A exceção aparece quando construções passivas entram em campo.

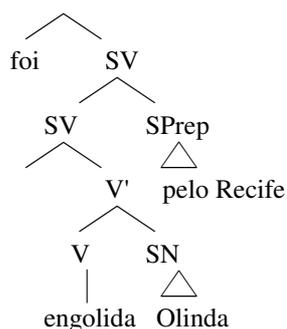
Considere, por exemplo, o par de sentenças em (10).

- (10)
- | |
|--|
| a. Recife engoliu Olinda (D2 REC 05) |
| b. Olinda foi engolida pelo Recife (D2 REC 05) |

Em termos semânticos, *Olinda* recebe o papel temático de paciente em ambas as sentenças; portanto, deve estar associado à posição de complemento do verbo. A distinção semântica mais fundamental entre ativas e passivas na verdade diz respeito ao argumento externo. Em construções ativas, o papel temático de agente é obrigatoriamente atribuído ao argumento externo; já em construções passivas, o papel temático de agente é opcional e, se presente, é realizado estruturalmente como um adjunto (o agente da passiva na terminologia tradicional). As representações em (11) retratam essa diferença estrutural (a estrutura da adjunção será discutida mais detidamente no Capítulo 4).



b.



Uma diferença independente entre ativas e passivas que pode ter repercussões para a realização do argumento interno é que o verbo transitivo, quando passivizado, perde sua capacidade de atribuir caso acusativo ao seu complemento. Isso fica claro quando examinamos sentenças envolvendo clíticos (pronomes pessoais átonos) acusativos. O argumento interno da estrutura em (11a) pode ser realizado pelo clítico acusativo *a*, mas não o argumento interno de (11b), como se pode ver em (12) (o asterisco é usado para registrar a inaceitabilidade de uma sentença). O argumento interno de uma passiva na verdade funciona como o sujeito sintático da sentença, determinando concordância com o verbo auxiliar e exibindo caso nominativo (cf. *ela* em (12b)).

- (12) a. O Recife a engoliu.
 b. *Foi engolida-a pelo Recife/*Foi a engolida pelo Recife/ *A foi engolida pelo Recife/Ela foi engolida pelo Recife

Embora as estruturas em (11) sejam adequadas para capturar o fato de que em ambas as sentenças de (10) *Olinda* é, semanticamente, um argumento interno, (11b) não dá conta da ordem em que esse sintagma aparece em (10b). Isso, no entanto, não é na realidade um problema. Simplesmente reflete uma das propriedades fundamentais da sintaxe das línguas humanas, comumente referida como movimento de constituintes sintáticos: o fato de elementos associados semanticamente a uma posição estrutural poderem ser realizados em outra posição. Metaforicamente falando, é como se, depois de receber o papel temático de paciente na posição de complemento em (11b), o SN *os meninos* resolvesse dar uma voltinha pela sentença e acabasse estacionando numa posição externa ao SV, como ilustrado em (13).

- (13) [[SN Olinda] [foi [SV [SV [V engolida ___]] [SPrep pelo Recife]]]]
 ↑

E esse passeio estrutural definitivamente não é uma idiosincrasia de construções passivas. (14a), por exemplo, ilustra que um argumento interno de uma construção ativa (nesse caso, o sintagma nominal *quantos [pastéis de nata]*) também pode fazer passeio semelhante, como ilustrado em (14b).

- (14) a. *quantos o senhor deseja?* (EF REC 337)
 b. [[SN quantos] [o senhor deseja ___]]
 ↑

Note que podemos agora resgatar a definição de sujeito dentro da perspectiva eminentemente sintática (o termo que desencadeia concordância e que exibe caso nominativo), reinterpretando-a em termos de uma posição estrutural específica. Para os nossos propósitos do momento (essas questões serão retomadas em detalhe no Capítulo 3), basta dizer que (i) uma determinada posição externa ao SV, a que nos referiremos como posição de sujeito, está associada à realização de caso nominativo e à especificação da concordância verbal; e (ii) o argumento na posição estruturalmente mais alta no SV é o que pode se mover para a posição de sujeito. Assim, em (11a) *Recife* é o argumento na posição mais alta e, portanto, é o argumento que pode se mover para a posição de sujeito, desencadeando concordância de terceira pessoa do singular e recebendo caso nominativo. Já em (11b), não há nenhum argumento em posição mais alta que o SN *Olinda*, uma vez que *pelo Recife* é na verdade um adjunto. *Olinda* pode então se mover para a posição de sujeito (cf. (10b)), determinando a concordância do verbo e recebendo caso nominativo (cf. (12b)).

A abordagem delineada acima vem reconciliar, portanto, os eixos semântico e sintático que norteiam as diferentes perspectivas sob as quais a gramática tradicional distingue sujeitos e complementos. No plano mais semântico, o que é relevante é o tipo de papel temático que um determinado verbo deve atribuir aos seus argumentos. Isso por sua vez conduz à distinção entre argumentos externos, que ocupam a posição de especificador de SV e têm seu papel semântico determinado por V', e argumentos internos, que ocupam a posição de complemento e têm seu papel semântico definido no interior de V'. A noção de sujeito fica associada a uma posição estrutural externa ao SV e, enquanto tal, é indiferente ao papel temático do sintagma que venha a ocupá-la, admitindo tanto argumentos externos (cf. (10a)), quanto internos (cf. (10b)). A definição do argumento que pode ocupar essa posição se dá em função da posição estrutural dos argumentos dentro de SV: o argumento em posição estrutural mais alta é o eleito para ser alçado à condição de sujeito. A noção de complementação relevante para as seções que se seguem diz respeito à relação entre verbos e seus argumentos internos.

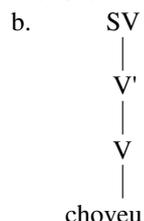
2.4. Tipos de verbos em função de sua complementação

Uma vez estabelecida em linhas gerais a distinção entre argumentos externos e argumentos internos na seção 2.3, os verbos podem ser classificados não só em relação ao número de argumentos que requerem, mas também em relação à natureza desses argumentos. Veremos abaixo que a distinção argumento externo/argumento interno permite identificar tipos de verbos não vislumbrados pela gramática tradicional.

2.4.1. Verbos sem argumentos

Verbos que expressam fenômenos climáticos como *ventar*, *escurecer*, *amanhecer* e *garoar*, por exemplo, em geral não requerem nenhum argumento (nem interno, nem externo), como ilustrado em (15).

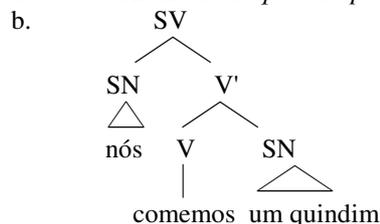
(15) a. *choveu* muito uma temporada quando a gente ia com o SESC (DID POA 45)



2.4.2. Verbos transitivos

Os exemplos clássicos de verbos transitivos envolvem os verbos de ação usados na voz ativa. O agente ocupa o especificador de SV e o paciente ocupa o complemento de V, como exemplificado em (16).

(16) a. *lá nós comemos um quindim por quinze cruzeiros também....* (DID RJ 328)

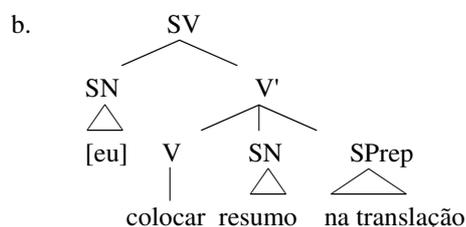
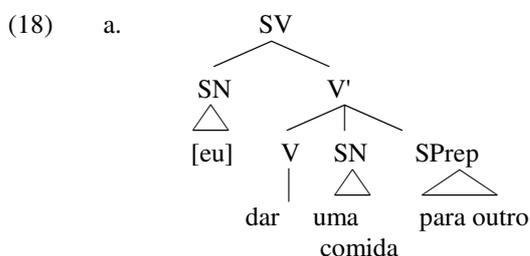


2.4.3. Verbos bitransitivos

Verbos bitransitivos – verbos que a gramática tradicional chama de *transitivos diretos e indiretos* – envolvem um argumento externo e dois argumentos internos. Representantes típicos dessa classe são os verbos de transferência de posse e os verbos de posicionamento, como ilustrado em (17), que vão estar associados às estruturas em (18) (ver seção 2.6.4 para mais detalhes).

(17) a. *ai eu fico trabalhando em casa mas tomando conta toda hora preciso interromper no meio de um negócio para:...levar um ao banheiro para dar uma comida para outro:...* (D2 SP 360)

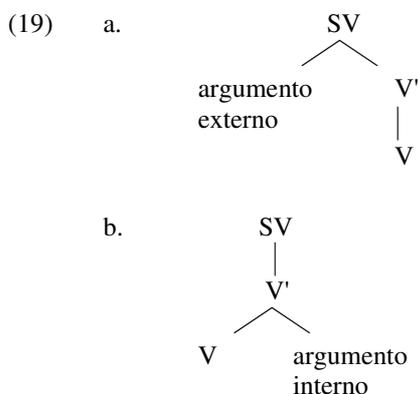
b. *há um determinado momento em que eu vou colocar resumo na translação* (EF POA 278)



2.4.4. Verbos inacusativos e inergativos

Até o momento não nos distanciamos muito da gramática tradicional. Apenas fornecemos uma representação estrutural para as classes de verbos previamente identificadas na tradição gramatical. O mesmo não ocorre quando verbos monoargumentais, os tradicionais verbos intransitivos, entram em cena. Em termos de

possibilidades lógicas, verbos monoargumentais deveriam poder selecionar um argumento externo, como esquematicamente representado em (19a), ou um argumento interno, como em (19b).



De acordo como o que vimos na seção 2.3, estruturas como (19a) e (19b) não só são sintaticamente diferentes, mas também codificam diferentes relações semânticas com o verbo. Em outras palavras, a distinção entre argumentos externos e internos prevê que os chamados verbos intransitivos na verdade envolvam duas classes de verbos com propriedades distintas. Um dos mais interessantes desenvolvimentos dos estudos gramaticais das últimas décadas foi a comprovação de que essa previsão está de fato correta.

Para verificar como podemos testar essa previsão, vamos primeiro examinar os dados em (20) e (21), em que # indica que a sentença não é condizente com a construção transitiva ativa que introduz o paradigma.

- (20) a. A Maria comprou as casas.
 b. Compradas as casas,
 c. #Comprada a Maria, ...
- (21) a. A Maria comprou as casas.
 b. As casas estão compradas.
 c. #A Maria está comprada.

Os contrastes entre (20b) e (20c) e entre (21b) e (21c) mostram que construções de participípio absoluto (orações subordinadas adverbiais temporais reduzidas de participípio) e passivas estativas (passivas com o verbo *estar*) se constroem com o argumento interno de um verbo transitivo, não com seu argumento externo.

Com isso em mente, consideremos agora os verbos monoargumentais de (22a) e (23a) e seu comportamento em relação aos testes do participípio absoluto e das passivas estativas.

- (22) a. Os últimos combatentes sumiram/caíram/desapareceram
 b. Sumidos/caídos/desaparecidos os últimos combatentes, a batalha terminou
 c. Os últimos combatentes estavam sumidos/caídos/desaparecidos
- (23) a. A Maria tossiu/espирrou/dormiu
 b. *Tossida/*Espirrada/*Dormida a Maria, todos ficaram preocupados
 c. A Maria está *tossida/*espирrada/*dormida

Em função de selecionarem apenas um argumento, verbos como *sumir*, *cair*, *desaparecer*, *tossir*, *espirrar* e *dormir* são tradicionalmente classificados indistintamente como intransitivos. O contraste entre os verbos de (22) e os de (23), no entanto, evidencia que na verdade estamos lidando com duas classes distintas de verbos: os verbos de (22a) são compatíveis com particípio absoluto e passivas estativas, ao contrário dos verbos de (23a). Como visto em (20) e (21), essas construções tomam como alvo o argumento interno de um verbo. Portanto, o diferente comportamento dos verbos de (22a) e (23a) está refletindo a assimetria prevista pelas duas estruturas apresentadas em (19). Em outras palavras, verbos como *sumir*, *cair* e *desaparecer* selecionam um argumento interno, como representado em (19b), e portanto podem estar sujeitos a processos sintáticos que afetam argumentos internos; verbos como *tossir*, *espirrar* e *dormir*, por outro lado, selecionam um argumento externo, como representado em (19a), e são refratários a esses processos.

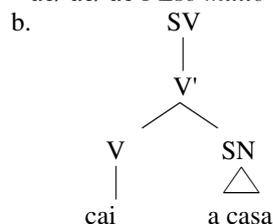
Observe que, como no caso das passivas (cf. (10b)/(12b)/(13)), o argumento interno *os últimos combatentes* em (22a) precede o verbo relevante, desencadeia concordância verbal e recebe caso nominativo ao invés de acusativo, como ilustrado em (24).

- (24) a. Eles sumiram/caíram/desapareceram
 b. *Os sumiram/caíram/desapareceram / *Sumiram-nos/*Caíram-nos/
 *Desapareceram-nos

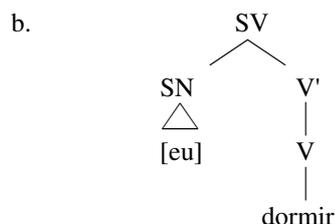
É importante ressaltar que isso entretanto não o descaracteriza enquanto argumento interno. Como vimos na seção 2.3, a concordância verbal e a realização de caso nominativo são desencadeadas a partir da posição de sujeito (externa a SV), que pode hospedar tanto argumentos externos, quanto internos. Note que, na ausência de um argumento externo em (19b) para competir pela posição de sujeito, o argumento interno é um candidato legítimo para ocupar essa posição (à semelhança do que ocorre com passivas; cf. (11b)) e é o que ocorre em (22a).

Ao adotarmos uma perspectiva em que os eixos semântico e sintático são complementares e a noção de sujeito está desvinculada do caráter interno ou externo de um argumento, abre-se espaço para uma necessária reclassificação dos chamados verbos intransitivos, tendo em conta o tipo de seu argumento. Verbos cujo único argumento está associado à posição de complemento (cf. (19b)), como é o caso de *sumir*, *cair* e *desaparecer*, são referidos como verbos *inacusativos*; já verbos cujo único argumento está associado à posição de especificador de SV (cf. (19a)) são designados como verbos *inergativos*. (25) e (26) ilustram essa diferença estrutural:

- (25) a. *o grande mal das estradas brasileiras é o mesmo troço do sujeito fazer uma casa...entendeu...com uma lajezinha bem fininha e botar em cima um depósito de/ de/ de PEso muito grande...a casa cai...entende...* (D2 SSA 98)



- (26) a. *se TEM Aula (ele diz) “DROga estou com sono quero dormir (...)”* (D2 SP 360)



2.4.5. Verbos de alçamento

Os chamados verbos de alçamento são uma expansão dos tradicionais verbos de ligação ilustrados em (27).

- (27) a. Os meninos parecem felizes.
b. Os meninos acabaram doentes.

Como vimos no Capítulo 1, verbos de ligação não selecionam um argumento externo e seu argumento interno contém uma estrutura de predicação. Em (27), por exemplo, o SN *os meninos* não é um argumento do verbo, mas do adjetivo. Prova disso é que sentenças como (28) são pragmaticamente inadequadas não por serem incompatíveis com o verbo, como evidenciado por (29), mas por serem incompatíveis com o adjetivo.

- (28) a. #Aqueles pedras parecem felizes.
b. #Aqueles pedras acabaram doentes.

- (29) a. Aquelas pedras parecem frias.
b. Aquelas pedras acabaram congeladas

Os verbos *parecer* e *acabar*, portanto, tomam como argumento interno uma estrutura que contém uma predicação. Isso fica ainda mais claro quando o argumento interno toma a forma de uma sentença finita, como em (30).

- (30) a. *parece que a gente se sente até mais...assim por fora* (DID SP 234)
b. Acabou que nós não entramos na concorrência.

Considere agora as sentenças em (31), cuja sentença subordinada se encontra reduzida.

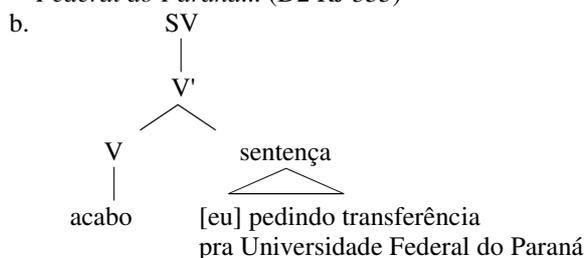
- (31) a. A gente parece se sentir até mais por fora.
b. *porque nós íamos entrar na concorrência acabamos não entrando* (D2 SSA 98)

O sujeito da sentença principal em (31) não é um argumento do verbo *parecer* ou *acabar*, mas sim dos verbos da sentença subordinada, como demonstrado pelas correspondentes paráfrases em (30). Metaforicamente, dizemos que o sujeito da sentença principal em (31), assim como o sujeito de construções predicativas como (27), foi “alçado” para esta posição a partir da estrutura de predicação subordinada (ver também Capítulo 3). Verbos cujo sujeito é argumento de um outro predicador são, assim, chamados de verbos de alçamento. Os verbos de alçamento vão, portanto, englobar os chamados verbos de ligação, como os exemplificados em (32), e também os verbos auxiliares, como os exemplificados em (33), já que eles não estão associados a papéis temáticos e seus sujeitos são argumentos do verbo “principal”.

- (32) a. *eu sou assim meio chata pra essas coisas né?* (DID RJ 328)
 b. *eu acho que teatro está bem mais caro* (DID SP 234)
 c. *tem muita gente que fica chateada ou pelo menos desapontada...né?* (D2 SP 360)
 d. *sei lá ando muito cansada não tenho ido mais a teatro* (DID SP 234)
 e. *ele permanece fiel a essa comunicação, mas utilizando as suas palavras, sem alterar o sentido* (EF POA 278)
- (33) a. *nós estamos aqui para esclarecer as dúvidas que vão surgindo* (EF POA 278)
 b. *agora na escola ele aprendeu rapidamente a ler...e começou a ler os livros que nós já tínhamos lido para ele* (D2 SP 360)
 c. *quando nós falamos em instrumentos de avaliação nós logo devemos pensar que níveis de pensamento esses instrumentos estão nos permitindo avaliar* (EF POA 278)
 d. *mas realmente a cadeia de supermercados aqui é de de de de de Recife provavelmente é superior a qualquer uma do país...isso vocês podem julgar lá vendo...* (D2 REC 05)

A representação da estrutura temática de uma construção de alçamento como (34a), por exemplo, terá, portanto, o formato em (34b).

- (34) a. *eu se puder ainda acabo ca ...pedindo transferência pra Universidade Federal do Paraná...* (D2 RJ 355)



2.4.6. Verbos leves

Na seção 2.3, vimos que um argumento externo estabelece uma relação semântica com V', que no caso de construções transitivas envolve o verbo e seu complemento. Como mencionamos, é como se o verbo e o complemento formassem uma predicação complexa monoargumental que é então saturada pelo argumento externo. Evidência para essa relação complexa é fornecida por uma classe de verbos que tem conteúdo semântico bastante esvaecido, como ilustrado abaixo com os verbos *dar* e *ter*.

- (35) a. *e olha quando eu começo a dar risada vou te contar* (DID SP 234)
 b. *e eu aproveito pra... fazer minhas comprinhas dar um passeio também* (DID POA 45)
 c. *quer dizer que dá trabalho* (D2 SP 360)
 d. *às vezes a gente dá uma fugidinha:: até a casa deles bater um papinho assim né?* (DID POA 45)
 e. *eu me lembro até que...quando nós fomos na:: (na viagem) era uma camionete... dava um cheiro de balaca queimada* (DID POA 278)
 f. *então que que a gente fazia? a gente se agarrava NUM e dava impulso com pés para se agarrar com o outro né?* (DID POA 278)
 g. *eu dei u::ma rápida olhada sabe? mas vi matérias assim interessantes para ela dentro de outras...ah:: carreiras* (D2 SP 360)
 h. *do aumento do custo de vida, então deu quarenta e, quarenta e poucos por cento, né* (D2 RJ 355)
 i. *a programação...havia sido planejada...mas não deu certo...* (D2 SP 360)

- (36) a. *as duas coisas fazem parte do mundo e têm e passam a ter uma existência* (EF SP 405)
 b. *ele vai ter poder sobre a vida dele* (EF SP 405)
 c. *e eu pensei que ela fosse ter problema porque ela não fala muito...* (D2 SP 360)
 d. *o professor não se relacionava com o estudante exatamente pro estudante ter medo ter pavor dele e respeitar...* (DID SSA 231)
 e. *então se eu comer muito na hora do café não vou ter vontade de almoçar...* (DID RJ 328)
 f. *ele tem uma capacidade de usar ao máximo os recursos, ou deles ou conseguidos de fora* (EF RJ 379)
 g. *uma coisa é dizer que a arte na época... tinha função... pragmática... porque é isso que a gente vem dizendo até agora certo?* (EF SP 405)
 h. *não tem importância que a gente chama de análise ou chama de interpretação o importante é que o processo se realize* (EF POA 278)
 i. *é FUNdo ali., tinha uns três metros de profundidade...* (DID POA 45)

Verbos como *dar* e *ter* nas sentenças acima parecem adquirir sua significação quase que exclusivamente de seu complemento. Isso fica transparente nos casos em que a projeção de V' nucleada por esses elementos pode ser parafraseada por um único verbo, como em *dar uma risada* ~ *rir*, *dar um passeio* ~ *passar*, *ter existência* ~ *existir* ou *ter medo* ~ *temer*, por exemplo. Denomina-se de verbo leve esse tipo de verbo com conteúdo mais gramatical que semântico, cuja função primordial é a de formar predicados complexos, associando propriedades verbais (como tempo, por exemplo) a seu complemento. A estrutura associada a verbos leves será discutida na seção 2.6.1.

2.5. Forma dos complementos

Tendo apresentado o funcionamento da complementação em seus princípios gerais, passaremos a nos ocupar nesta seção de fatos gramaticais relativos à forma de realização dos complementos no PB. Vamos focar especificamente os complementos dos verbos transitivos e bitransitivos, uma vez que a realização sintática do argumento interno de verbos inacusativos e de alçamento está em última instância associada à posição de sujeito externa a SV (a posição associada à concordância verbal e caso nominativo), como visto na seção 2.4. Esses casos serão abordados no Capítulo 3.

2.5.1. Aspectos gerais da complementação em PB

Em termos gerais, podemos ter três tipos de complementos no que diz respeito à sua estrutura sintática. Um argumento interno pode se apresentar como uma sentença, como um sintagma nominal, ou como um sintagma preposicional, como respectivamente exemplificado abaixo.

(37) *...eu notei que o público era mais refinado, sabe?* (DID SP 234)

(38) *eles preparam a peça* (DID SP 234)

(39) *e eu pensei em merenda fornecida pelo governo...* (DID RJ 328)

Como mencionado na seção 2.3, a seleção de um complemento preposicionado, como em (39), ou não-preposicionado, como em (37) e (38), é até certo ponto uma propriedade idiossincrática do verbo. Verbos que têm propriedades temáticas semelhantes podem diferir em relação à realização sintática de seu complemento, como

ilustrado em (40) e (41), com *adorar* **selecionando** um complemento não-preposicionado e *gostar* um complemento preposicionado.

(40) *eu adoro aplicar em obra de arte* (D2 RJ 355)

(41) *não gosto de fazer um regime assim desses regimes brutos* (DID RJ 328)

Entretanto, há também casos em que a presença da preposição é previsível. No caso de verbos bitransitivos, se um argumento não é preposicionado, o segundo necessariamente é, a não ser que se trate de um clítico dativo. Em (42), por exemplo, o segundo complemento de *colocar*, *trazer* e *ensinar* é preposicionado; já (43) envolve dois complementos não preposicionados, pois o complemento que seria preposicionado é realizado como um clítico dativo.

(42) a. *os outros mesmos não se incumbem de colocá-la no lugar dela?* (D2 SP 360)
b. *mas eu trago muito processo para casa* (D2 SP 360)
c. *como eu não tinha condição de ensinar MUITa coisa a ela* (DID SSA 231)

(43) a. *eu num posso no momento... lhe dar... uma resposta afirmativa sobre essa questão...* (DID REC 131)
b. *não sei o que te responder* (DID SP 234)
c. *Eduardo me diga uma coisa* (EF REC 337)

Um subtipo de complemento SN merece especial atenção, a saber, os complementos envolvendo pronomes pessoais. O PB passou por profundas mudanças nos dois últimos séculos que afetaram substancialmente o quadro dos complementos pronominais. Tais mudanças resultaram, entre outras coisas, no desaparecimento de alguns pronomes clíticos, como o pronome *o* em (44), que só ocorre em textos altamente formais, no surgimento de pronomes plenos (não-átonos) na posição de objeto, como ilustrado em (45), e no estabelecimento de um sistema essencialmente proclítico de colocação pronominal, como ilustrado em (46).

(44) *Eu não acredito que o Pedro está doente, mas sua irmã o afirmou com todas as letras.*

(45) *Acho que a es/ a criança deve ir o mais cedo possível a escola (né)?...e...uma coisa que eu não me arrependi foi ter botado ela com um ano e quatro meses...* (DID SSA 98).

(46) *mas me disseram que é uma miséria* (D2 SSA 98)

Também merece destaque o fato de o PB admitir complementos foneticamente não realizados, como se pode ver em (47).

(47) *então eu acho...válido botar a criança o mais cedo possível na escola...agora dePENde da escola (quer dizer) eu procurei uma escola bem:...menor...de POUcos aLUnos...bem mais aconcheGANte o ambiente...não procurei escola muito grande que a criança ficasse perDIDA...dentro da escola...que ela sentisse o carinho da profesora a atenção poucos al/ os as crianças então ela vai cursar aí até o (prontidão) que são cinco anos de colégio... daí ela sai pra ser alfabetizada...o meu problema agora é ONde botar [ø] pra ser alfabetizada...se eu botaria [ø] logo num colégio como eu fiz* (DID SP 234)

Essas propriedades da complementação em PB estão retomadas em maior detalhe nas seções que se seguem.

2.5.2. Complementos sentenciais

Quanto à estrutura sintática do complemento sentencial, podemos distinguir três tipos de estrutura: sentenças com tempo finito, sentenças com o verbo no infinitivo e estruturas predicativas sem verbos, que chamaremos de mini-orações (MO).

Os complementos sentenciais com tempo finito são iniciados por um complementizador (uma conjunção subordinativa), como exemplificado em (48). Além disso, podem se apresentar tanto no modo indicativo, quanto no modo subjuntivo, a depender do verbo que toma a sentença como complemento, como ilustrado em (49).

- (48) a. *o senhor falou [que a enxada é diferente do enxadão]* (DID SP 234)
b. *então ela vê [se as gavetas estão em orde!... em ordem]* (D2 SP 360)
- (49) a. *eu notei [que o público era mais refinado], sabe?* (DID SP 234)
b. *ele vai desejar [que o aluno não fique apenas no nível de memorização]*
(EF POA 278)

Os complementos sentenciais infinitivos, por outro lado, nunca são iniciados por um complementizador, como exemplificado em (50).

- (50) a. *então vamos tentar [reconstruir a maneira de vida desse Povo]* (EF SP 405)
b. *...pretendia [ir pela Varig]* (D2 RJ 355)

Complementos sentenciais infinitivos e com tempo finito também contrastam em relação à manutenção da preposição selecionada pelo verbo que toma a sentença como complemento. Enquanto os complementos infinitivos mantêm a preposição, os complementos finitos podem dispensá-la, como ilustrado em (51) e (52).

- (51) *eu gosto [de ficar em lugares isolados]* (D2 RJ 355)
- (52) *então eu gostaria [[Ø] que a presença fosse... mais: compacta melhor...]* (EF REC 337)

Em alguns casos, o verbo pode requer uma preposição quando o complemento é uma sentença com tempo finito, mas não quando o complemento é uma sentença com verbo no infinitivo ou simplesmente um SN. Esse é o caso do verbo *fazer*, como ilustrado em (53):

- (53) a. *...então...quando ele não sabia ler ele lia mui/ ele via as figuras da pré-história e gostava muito...então ele fazia [com que nós lêssomos...os livros] éh::coleções:: uma e outra que a gente tem...* (D2 SP 360)
b. *é difícil saber se se teria sido consequência de tradição oral...se eles teriam absorvido essa cultura no no no nos...nos embates de cantoria...ou se efetivamente eles::com a preocupação de querer::éh::...fazer [parecer que conhecem efetivamente mais do que conhecem] se eles teriam lido alguma coisa* (D2 REC 05)
c. *o grande mal das estradas brasileiras é o mesmo troço do sujeito fazer uma casa...entendeu...com uma lajezinha bem fininha e botar em cima um depósito de/ de/ de PEso muito grande* (D2 SSA 98)

Em outros casos, a preposição é mantida diante da sentença finita, como em (54):

- (54) ...eu até contribuo [**para que** eles não tenham essa alimentação pesada]
(DID RJ 328)

A preposição também pode ocorrer quando é parte de um constituinte movido, como em (55), em que *de que* se move a partir da posição indicada pela lacuna:

- (55) até não sei [**de que**_i [era feita ____i a camisinha]] (DID SP 234)

Finalmente, mini-orações estabelecem relações de predicação sem a presença de um verbo, correspondendo a estruturas que a tradição gramatical costuma chamar de predicados verbo-nominais. Trata-se de construções como (56a), por exemplo, cuja paráfrase em (56b) deixa transparente a relação de predicação estabelecida.

- (56) a. eu achei [**aquilo horroroso**], viu? (DID SP 234)
b. Eu achei [que aquilo era horroroso]

2.5.3. Complementos pronominais

Os pronomes pessoais, além de veicular informações semânticas, possuem comportamento sintático e fonológico bastante específico. Assim, **além da** tradicional divisão entre retos e oblíquos, os pronomes pessoais também podem ser classificados como clíticos (átonos) e pronomes plenos (não átonos). Os clíticos constituem uma classe especial de elementos gramaticais pois têm uma natureza ambivalente: são elementos átonos que se afixam às palavras e têm, ao mesmo tempo, características de elementos independentes. Nesse sentido, diferem de pronomes plenos pois não são independentes; porém, não podem ser considerados como elementos afixais do tipo de *des-* em *desmontar*, cuja colocação é fixa na palavra.

Abaixo, vamos analisar a ocorrência dos sintagmas pronominais e sua colocação no PB.

2.5.3.1. Primeira pessoa

O pronome de primeira pessoa do singular, tanto em função acusativa quanto em função dativa, se realiza como o clítico *me* no PB (à exceção de algumas variedades do português popular que admitem o pronome pleno *eu* também na posição de complemento):

- (57) a. a única função dela é **me** ajudar com eles (D2 SP 360)
b. eu preciso **me** defender (EF SP 405)
c. eu vou eu vou ver se o C. **me** dá alguma coisa (D2 SSA 98)
d. Eduardo **me** diga uma coisa (EF REC 337).

Já a primeira pessoa do plural é realizada tanto pelo clítico *nos*, como pelo pronome pleno *a gente*:

- (58) a. ela está bem ordenada...mas::ela não éh::...não tem maturidade...não é ainda...claro...tem onze anos só para **nos** julgar (D2 SP 360)
b. olha nós **nos** visitamos muito pouco (DID POA 45)
c. quando nós falamos em instrumentos de avaliação nós logo devemos pensar que níveis de pensamento esses instrumentos estão **nos** permitindo avaliar (EF POA 278)
- (59) a. toda hora é:: CHÁ da igreja aqui CHÁ do colégio ali CHÁ de... fuLAno e siCLAno que::... que manda entradas **para a gente** (DID POA 45)

- b. *a gente nunca pode precisar o tempo...de ah ahn:: () com as crianças...necessitando da gente não pode precisar mesmo...* (D2 SP 360)
- c. *e conseguem transmitir para a gente exatamente essa idéia de movimento... através:: exclusivamente de linhas...* (EF SP 405)
- d. Você vai encontrar **a gente** no cinema.

2.5.3.2. Segunda pessoa

No *corpus* compartilhado do NURC, a segunda pessoa do singular na posição de complemento se realizou majoritariamente como o clítico *te* ou como o pronome pleno *você*, como ilustrado em (60) e (61). Registrou-se também nas amostras relativas ao Recife e a Salvador, o clítico *lhe* sendo empregado como segunda pessoa, como exemplificado em (62).

- (60) a. *e te pergunta do quarto dele se tem aula* (D2 SP 360)
b. *Quando eu te falei da peça Hair* (DID SP 234)
- (61) a. *já outro dia também eu chamei você de: Fernando* (EF REC 337)
b. *eu confesso a você que acho que a única/ esse negócio de () eu acho que tá muito certo ele falou certo...* (D2 REC 05)
- (62) a. *bom essa questão... na na realidade eu não poderia lhe responder... porque evidentemente se trata... de uma filigrana jurídica.* (DID REC 131)
b. *bom aí é difícil eu lhe dizer porque::* (DID SSA 231)

Já para a segunda pessoa do plural só foram registradas ocorrências do pronome *vocês*:

- (63) a. *embora embora seja lamentável a gente dizer a vocês o seguinte...de que o Nordeste só cresce em termos absolutos* (D2 REC 05)
b. *aí vou explicar né? a vocês o que significa isso...* (EF REC 337)

2.5.3.3. Terceira pessoa

Duas observações são pertinentes em relação a pronomes de terceira pessoa. Em primeiro lugar, embora relativamente frequentes hoje na linguagem coloquial, construções como (64), com um pronome pleno na posição de objeto, foram bem raras na amostra analisada.

- (64) *seria muito mais importante vocês gravarem eles* (D2 REC 05)

Em segundo lugar, deve-se assinalar que os clíticos *o(s)/a(s)* e *lhe(s)* têm frequência bastante baixa no PB, chegando mesmo à total ausência em alguns contextos. Esse é o caso do clítico *o* neutro (invariável), também chamado de pronome demonstrativo pela gramática tradicional, que desapareceu de contextos como (65), em que retoma a sentença *que o Pedro está doente*, e também é o caso do dativo de posse, *lhe*, de uso raro no português do Brasil, como em (66)

- (65) *Eu não acredito que o Pedro está doente, mas sua irmã o afirmou com todas as letras. [o = que o Pedro está doente]*
- (66) *ele pode atuar sobre a comunicação sem modificar-lhe o sentido, eu posso por exemplo pedir* (EF POA 278)

Quando **empregados, os clíticos *o(s)/la(s)*** praticamente só **aparecem** em posição enclítica a um verbo no infinitivo, sendo **realizados** como ***-lo(s)/-la(s)***, como ilustrado em (67). Construções com próclise como (68) são raras na amostra analisada e formas enclíticas realizadas como ***-no(s)/-na(s)*** não foram registradas.

- (67) a. *...eu primeiro aplicaria sempre em obra de arte, eu adoro aplicar em obra de arte mas não tê-las*, (D2 RJ 355)
 b. *precisa convencê-lo não é?* (D2 SP 360)
 c. *porque é uma tarefa assim...muito SEria o de encaminhá-la...para o...caminho certo...* (D2 SP 360)
 d. *os outros mesmos não se incumbem de colocá-la no lugar dela?* (D2 SP 360)
 e. *não seria conveniente mudá-lo de período escolar?* (D2 SP 360)
- (68) *os dois estão na escola de manhã -- porque eu trabalho de manhã -- ...então eu os levo para a escola...e vou trabalhar...depois saio na hora de buscá-los...*(D2 SP 360)

Esses resultados confirmam o que a literatura tem apontado: os clíticos *o(s)/a(s)* praticamente desapareceram da gramática do PB, tendo sobrevivido apenas com as formas ***-lo(s)/-la(s)*** em discursos mais formais.

2.5.3.4. Ordem dos clíticos²

Por serem átonos, pronomes clíticos estão sujeitos tanto a restrições sintáticas quanto a restrições fonológicas. Por um lado, requer-se que os clíticos se apoiem fonologicamente em um verbo; por outro lado, a sintaxe determina a posição na sentença em que esse requerimento pode ser satisfeito. O resultado dessa interação sintaxe-fonologia é que clíticos complementos podem ocupar posições que outros complementos em geral não podem ocupar. Numa sentença como (69a), por exemplo, o complemento clítico *te* aparece antes do verbo. Sua contraparte não-clítica *pra você*, no entanto, não pode ocupar essa posição, tendo de aparecer na sua posição canônica pós-verbal, como se vê em (69b) e (69c).

- (69) a. *não sei o que te responder* (DID SP 234)
 b. *Não sei o que **pra você** responder
 c. Não sei o que responder **pra você**

Tema de intermináveis polêmicas normativas, a posição dos pronomes clíticos com relação ao verbo é fundamental para uma caracterização da gramática do PB. A amostra analisada replicou os resultados encontrados na literatura, constatando uma prevalência quase absoluta da posição proclítica ao verbo (92%, ou seja, 158 casos de próclise de um total de 172 dados), como ilustrado em (70), independentemente do caráter argumental (em função de complemento verbal) ou não-argumental do clítico.

- (70) a. *eu me preparei para ser...mae de muitos filhos...sabe?* (D2 SP 360)
 b. *e::daí me empolguei pelo magistério* (D2 SP 360)
 c. *mas aí em que que tu te baseia, em dados reais exatamente, sim* (EF POA 278)
 d. *quando eu te falei da peça do 'Hair' e do 'Roda Viva'* (DID SP 234)
 e. *olha nós nos visitamos muito pouco* (DID POA 45)

² Os resultados desta seção baseiam-se em Abaurre & Galves (1996).

A colocação eminentemente proclítica permite que um clítico figure como o primeiro elemento de uma sentença, como ilustrado abaixo:

- (71) a. *Me chocou tremendamente* (DID SP 234)
b. *Se cala* (D2 SP 360)
c. *Se ressentente... a gente se ressentente muito disso* (DID RJ 328)

Esses exemplos (bastante comuns) mostram que, embora condenados pela gramática tradicional, a possibilidade de clíticos em primeira posição faz parte da gramática internalizada **de falantes** do PB.

Finalmente, no caso de construções com dois verbos, o PB tem como posição predominante a próclise ao chamado verbo principal, como nos exemplos abaixo.

- (72) a. *não tinha me lembrado...* (DID POA 45)
b. *quando ele termina aí diz assim bem agora por favor quer me trazer a sopa?* (EF REC 337)
c. *me lembro de ter escorregado... caído... dentro d'água e estava me afoGANdo...* (DID POA 45)
d. *olha quando eu começo a dar risada vou te contar* (DID SP 234)

No contínuo da fala, eventualmente pode não ser possível distinguir facilmente a posição de próclise ao segundo verbo em exemplos como (72). Porém, a possibilidade de ocorrência de advérbios ou sintagmas preposicionais entre os dois verbos não deixa a menor dúvida quanto à posição que o clítico ocupa, como ilustrado em (73).

- (73) a. *eu preferia deixar evidentemente essa questão... a um consultor jurídico que ele poderia então lhe dar: um resposta mais conclusiva... a esse respeito* (DID REC 131)
b. *Não posso no momento lhe dar uma resposta afirmativa sobre essa questão...* (DID REC 131)

Das 14 ocorrências (8%) de ênclise encontradas na amostra analisada, 6 envolvem ênclise a um verbo com tempo finito e 8, a um verbo no infinitivo. Se observarmos de perto esses casos, perceberemos que todas as ocorrências de ênclise com verbos finitos envolvem o clítico *se*, empregado em contextos discursivamente marcados, como receitas de culinária, ou o discurso didático:

- (74) a. *parte-se um ovo* (D2 POA 291)
b. *Então a isso, chama-se de ginecomastia* (EF SSA 49)

Já as ocorrências com verbos no infinitivo envolvem 2 casos com clítico *se* (na fala do entrevistador) e 6 casos envolvem o clítico acusativo de terceira pessoa, que, como vimos na seção 2.5.3.3, ainda sobrevive no PB sob a forma de *-lo(s)/-la(s)*:

- (75) a. Doc.: *e as e:: formas de despedir-se?...* (DID POA 45)
b. *porque é uma tarefa assim muito séria de encaminhá-la para o caminho certo* (D2 SP 360)

2.5.4 Complementos foneticamente nulos

Até o momento, abordamos os casos dos complementos verbais foneticamente realizados. Nesta seção, vamos abordar os casos de complementos nulos.

Algumas línguas naturais permitem que, à exceção do verbo, todo o sintagma verbal seja foneticamente nulo e temos, nesse caso, uma construção chamada elipse de SV, possível no PB. O material elidido requer um antecedente no contexto lingüístico para receber a interpretação adequada. Em (76), por exemplo, o que está ausente não é somente o SN complemento *o xixi dela*, mas também o adjunto *no sanitário*, ambos recuperados a partir do antecedente *fazer o xixi dela no sanitário*.

(76) *aprendeu a fazer o xixi dela no sanitário... que ela não fazia [ø] ...* (DID SSA 231)

Alguns verbos que selecionam sentenças como complemento podem também ocorrer com seu complemento nulo, recuperável no contexto lingüístico. Na amostra analisada, encontram-se exemplos com verbos modais como *poder* e com verbos como *querer* e *dizer*:

- (77) a. *porque isso que eu (es)tou fazendo hoje aqu..., que eu cheguei em casa, vi televisão e depois vim pra cá pra... pra conversar ou dessa maneira ou ir prum cinema ou prum teatro... ter uma vida cultural... aprender línguas... fazer qualquer coisa... logicamente eu gostaria de fazer... mas não posso [ø] porque eu tenho que complementar o meu salário com o dinheiro dum... dum cargo à noite* (D2 RJ 355)
- b. *porque lá você não tem problema de transporte porque a cidade é pequena você se quisier [ø] vai a pé... a Universidade é no centro da cidade* (D2 RJ 355)
- c. *tudo indica que a resposta está: na: um dois... no terceiro parágrafo... da página dezesseis... não deixe-me ver... normati vocês encontraram onde isso?... não podem me dizer [ø]... não* (EF REC 337)

O complemento sentencial nulo nas sentenças acima é recuperado do contexto e interpretado como *fazer qualquer coisa* em (77a), *ir a pé* em (77b), e *onde vocês encontraram isso* em (77c).

Além de admitirem complementos sentenciais, como visto em (77b) e (77c), verbos como *querer* e *dizer* também admitem SNs como complementos, diferindo nesse ponto de verbos modais como *poder*, como ilustrado em (78).

- (78) a. *Eu não posso isso.
b. Eu não quero isso.
c. Eu não disse isso.

Além da elipse de SV, há uma construção comum nas línguas naturais e, portanto, não específica do PB, que envolve os verbos bitransitivos, principalmente os verbos *dicendi* (*dizer, falar, perguntar, pedir etc.*), em que o argumento que representaria o destinatário não aparece realizado, como ilustrado em (79).

- (79) a. *nós não podemos afirmar... categoricamente que as coisas se passaram assim...* (EF SP 405)
- b. *disseram que vai ser estabelecido causa depois de estabelecido causa aí vai ser:...automaticamente...necessário...uma atitude mais:...mais rápida pelo menos...* (D2 SP 360)
- c. *quan:do... eu pergunto... o que estuda a sociologia do direito eu poderia perguntar também o que estuda a sociologia jurídica e eu estaria... fazendo a mes:ma pergunta* (EF REC 337)

- b. *aquele arroz com frutos do mar, a minha mulher é incapaz de, de, de provar* _____
 ↑
 (D2 POA 291)

No caso do objeto nulo, como em (83), o complemento de *decorar* é retomado de um SN que ocorreu anteriormente na sentença, *o assunto*.

- (83) *o estudante pega o assunto e decora [∅]* (DID SSA 231)

Objetos nulos em PB ocorrem bem mais livremente que em português europeu. Embora admitam limitadamente antecedentes animados e definidos/específicos, como em (84), em que o antecedente é *o cônsul alemão, Zinger*, sua ocorrência é substancialmente favorecida em contextos em que o antecedente é indefinido/não específico, como em (85), ou inanimado, com em (86).

- (84) *uma... uma ocasião... o, o cônsul alemão, Zinger... não sei se vocês conheceram [∅]... que servia um prato... ele foi... ele ficou muitos anos... ele foi por/ inclusive durante a... a ocupação ah... chinesa... eu sei que houve algum problema... eu não sei exatamente... foi na Manchúria* (D2 POA 278)

- (85) *um banco precisa de um diretor de um banco chega para ele diz assim "eu preciso de um diretor de banco para tal tal área para fazer isso assim assim assim assim"...então ele vai procurar [∅]...certo?* (D2 SP 360)

- (86) *que aqui ainda se marca estrada com aqueles homens botando aquele negócio e pintando [∅] à mão...* (D2 SSA 98)

No *corpus* em estudo, foram computados 280 dados com objeto direto anafórico, que se distribuíram como representado na Tabela 1:

Objeto direto anafórico		%
[∅]	158	56
SN	74	26
<i>o(s)/a(s)</i>	33	12
Demonstrativo	10	4
<i>ele(s)/ela(s)</i>	5	2
Total	280	100

Tabela 1 – Realização do objeto direto anafórico

A Tabela 1 mostra que complementos que retomam um antecedente no discurso são preferencialmente realizados como objetos nulos (56%) e que, em termos de preenchimento, há uma clara rejeição ao pronome pessoal *ele(s)/ela(s)*.

Tomando-se em consideração a natureza [\pm animado] do antecedente, obtém-se o seguinte quadro:

	[∅]	SN	<i>o(s)/a(s)</i>	Demonstrativo	<i>ele(s)/ela(s)</i>	Total
+ animado	26 (38,2%)	14 (20,5%)	24 (35,2%)	0 (0%)	4 (5,8%)	68
-animado	132 (62,2%)	60 (28,3%)	9 (4,2%)	10 (4,7%)	1 (0,4%)	212

158 (56,4%)	74 (26,4%)	33 (11,7%)	10 (3,5%)	5 (1,7%)	280
----------------	---------------	---------------	--------------	-------------	-----

Tabela 2 – Realização do objeto direto anafórico por animacidade do antecedente

A ocorrência de objetos nulos cai consideravelmente no caso de antecedentes animados (38%). Nesse contexto, cresce consideravelmente a proporção de uso de clíticos acusativos de 3ª pessoa (35%). Isto quer dizer que, em não se empregando o pronome pleno na fala culta mais monitorada, os clíticos acusativos, quando usados, vão ocorrer naqueles contextos em que a realização foneticamente nula é rejeitada. Na fala menos monitorada do PB, é o pronome *ele(s)/ela(s)* que costuma ir para essa posição. Mesmo assim, note-se que o objeto nulo ainda é a forma mais empregada (26 casos em 68). No contexto de antecedente [- animado], o emprego de clíticos cai consideravelmente, enquanto cresce o uso de objeto nulo e demonstrativos, estes últimos normalmente retomando proposições.

2.5.4.2. Sintagmas preposicionais nulos

O PB também permite construções em que verbos que normalmente tomariam um sintagma preposicional por complemento admitem um complemento nulo, como exemplificado em (87):

- (87) a. *eu achei...mas eu tive pouco tempo viu com...com essa parte assim de balê_i
eu...eu estudei mas não me apresentei quase nada.. apesar de gostar muito [Ø]_i
...ter gostado [Ø]_i; né? (DID SP 234)*
b. *e entraram [com um novo mandado de segurança]_i
L1 sei...
L2 não sei exatamente alegando o quê mas entraram [Ø]_i (D2 SP 360)*
c. *eu gosto demais de lá_i e gostaria de morar [Ø]_i (D2 RJ 355)*

Na amostra analisada, 40 (60%) das 67 ocorrências de verbos transitivos como *gostar* e *precisar* em que o complemento retomava algo previamente mencionado no discurso apresentaram um sintagma **preposicional** nulo. No entanto, é possível a retomada de um SPrep pelo demonstrativo, como em (88):

- (88) *eu nunca me esqueço [do jeito dele de perguntar... quer sair?...]_i olha eu estava me afogando e ele me perguntou se eu queria sair da água... eu nem () pude falar não é? ((risos)) ai eu nunca me esqueço disso_i... (DID SP 234)*

A tendência à não realização fonética foi também documentada com verbos bitransitivos (não *dicendi*) como *pôr*, *colocar* etc., como ilustrado em (89). Dos 27 casos de verbos bitransitivos cujo segundo complemento era recuperável no contexto, em 21 o segundo complemento não se realizou foneticamente.

- (89) *Acho que a es/ a criança deve ir o mais cedo possível a escola (né)?...e...uma coisa que eu não me arrependi foi ter botado ela [Ø] com um ano e quatro meses... (DID SSA 231)*

SPreps em PB têm, portanto, funcionamento semelhante a SNs pois também têm preferência majoritária pela realização nula quando anafóricos. Isso, no entanto, não impede que vários tipos de realização de um complemento anafórico possam ser

empregados ao mesmo tempo numa mesma seqüência discursiva, como ilustrado em (90).

- (90) ...então eu estou procurando eh...encaminhá-la_i para outra coisa não sei mas...é ginástica rítmica por exemplo...ela:...faz ginástica rítmica...então ainda:...eu hesito em pôr [ø]_i [no balé]_j mas eu vou ter que pôr [ø]_i [ø]_i sabe?...é não quis pô-la_i [ø]_j até agora mas ela é MUItto:... quebradi::nha ela::faz os trejeitos e:: (DID SP 234)

Em (90), o tópico da conversação é a filha da locutora. O verbo *encaminhar* tem o complemento direto realizado na forma do clítico e o segundo complemento, na forma de um SPrep, contendo uma informação não-anafórica. Na primeira ocorrência do verbo *pôr* (*hesito em pôr no balé*), o mesmo referente vem recuperado na forma de um objeto nulo, sendo o segundo complemento realizado como o SPrep *no balé*, recuperando uma informação anterior. Já na sentença seguinte (*mas eu vou ter que pôr, sabe?*), ambos os complementos não estão realizados foneticamente, mas são recuperados como *-la* (a filha) e *no balé*. Logo em seguida, para o mesmo verbo *pôr*, o SN complemento aparece realizado novamente na forma de um clítico e o SPrep não é realizado foneticamente, sendo ambos complementos novamente anafóricos.

2.6. Sistematização formal das estruturas de complementação

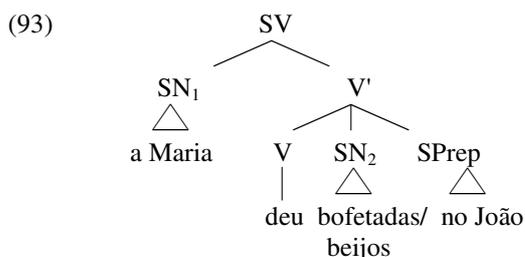
Nesta seção, além de sistematizar a discussão das seções anteriores, vamos proceder a uma reanálise de algumas das estruturas discutidas acima com base em recentes desenvolvimentos em teoria sintática, refinando as noções de argumento externo e argumento interno.

2.6.1. Generalizando estruturas com verbos leves: verbos transitivos

Considere os pares de sentenças em (91) e (92).

- (91) a. A Maria deu bofetadas.
b. A Maria deu bofetadas no João.
- (92) a. A Maria deu beijos.
b. A Maria deu beijos no João.

À primeira vista, estamos aqui diante do uso bitransitivo do verbo *dar*. Em primeiro lugar, (91a) e (92a) soam inaceitáveis fora de contexto, pois “falta algo” nessas sentenças, o que sugere que o predicado não parece estar saturado. Isso é confirmado pelo fato de a adição de um SPrep, como em (91b) e (92b), tornar essas sentenças totalmente aceitáveis, independentemente do contexto, sugerindo que o SPrep estaria saturando o predicado. A ser assim, as sentenças em (91b) e (92b) deveriam estar associadas a uma estrutura nos moldes de (93), como vimos na seção 2.4.3.

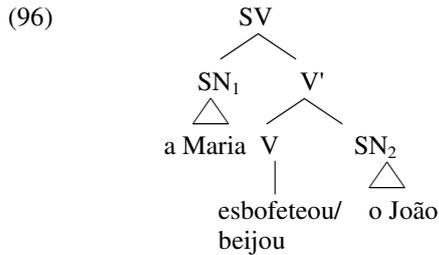


Examinemos agora os pares em (94) e (95).

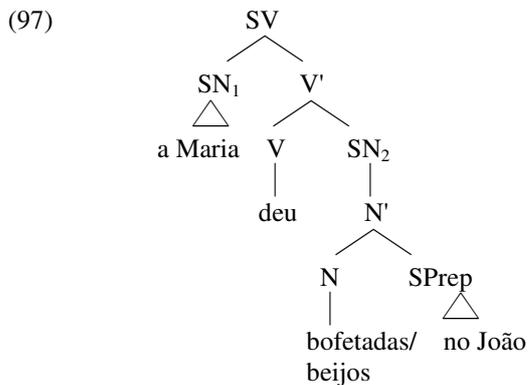
- (94) a. A Maria deu bofetadas no João.
b. A Maria esbofeteou o João

- (95) a. A Maria deu beijos no João.
b. A Maria beijou o João.

As sentenças (94a) e (95a) podem ser legitimamente parafraseadas por (94b) e (95b), que, como vimos na seção 2.4.2, estão associadas à estrutura esquematizada em (96).

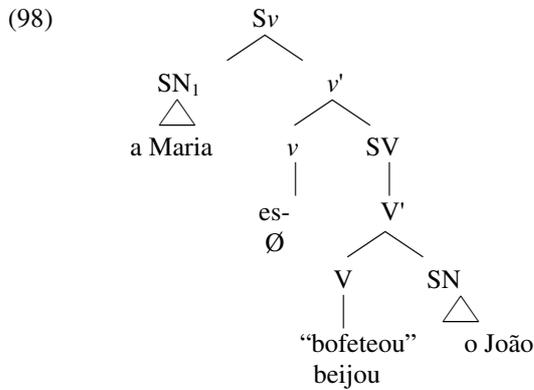


Quando comparamos as estruturas em (93) e (96), verificamos que não há base estrutural para capturar as propriedades temáticas comuns aos pares de sentenças em (94) e (95) e isso é bastante problemático, uma vez que relações semânticas similares devem estar calcadas em estruturas sintáticas similares, como vimos na seção 2.3. Se o SN *o João* estabelece uma relação semântica com *bofetadas/beijos* em (94a) e (95a) idêntica à relação semântica que estabelece com *esbofeteou/beijou* em (94b) e (95b), deveria estar associado a uma mesma configuração estrutural, ao contrário do que ocorre em (93) e (96). Em outras palavras, se *o João* é o argumento interno de *esbofeteou/beijou* em (96), deveria também ser o argumento interno de *bofetadas/beijos* em (93), como representado na estrutura alternativa em (97).

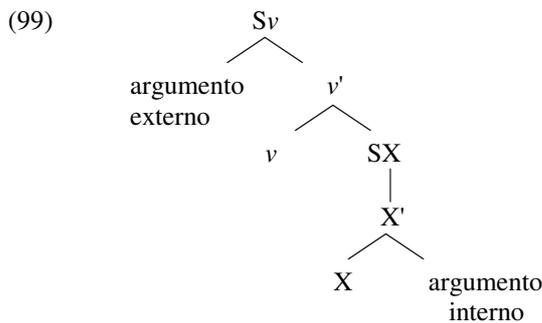


Uma vez que logramos harmonizar a relação semântica do paciente em (96) e (97), observemos agora o agente. Um ponto que destoa na comparação de (96) com (97) é que em (96) o SN *a Maria* é representado como o agente de *esbofeteou/beijou*, enquanto em (97) é representado como o agente de *dar*. Entretanto, isso não condiz com as similaridades de significado entre as sentenças de (94) e (95). Em outras palavras, a configuração estrutural em que *a Maria* se encontra deve ser semelhante o suficiente para permitir que os pares em (94) e (95) constituam paráfrases. Um ponto a se destacar é que o verbo *dar* em (94a) e (95a) é na verdade um verbo leve (veja-se seção 2.4.6).

Em outras palavras, além de designar um evento de realização em que há um agente, a descrição desse evento é feita pelo seu argumento interno. Pesquisas recentes argumentam que estruturas transitivas como (94b) e (95b) também envolvem um verbo leve abstrato que pode ser ou não associado a algum morfema específico. A idéia é que sentenças como (94b) e (95b) estão, na verdade, associadas a uma estrutura nos moldes de (98).

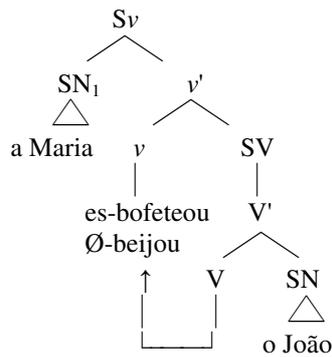


Em (98), assim como em (97), o SN *a Maria* é o argumento externo de um verbo leve (representado aqui por *v*) e é interpretado **como** o agente que detona o evento descrito no interior do complemento do verbo leve. O paralelismo sintático e semântico é finalmente obtido. Construções transitivas **devem, portanto, estar** associadas a uma estrutura genérica como (99).



As diferenças específicas de uma construção transitiva para outra vão depender da forma do complemento do verbo leve (se um SN como em (97) ou um SV como em (98)) e das propriedades morfológicas do verbo leve. O verbo leve pode ser realizado como um item lexical autônomo, como *dar* em (97), ou por um afixo, como *es-* ou \emptyset em (98). Se for um afixo, o verbo leve desencadeia movimento do núcleo de seu complemento para que suas propriedades afixais sejam satisfeitas. No caso de (98), por exemplo, obtemos o resultado em (100).

(100)



Nas seções que se seguem, discutiremos conseqüências adicionais dessa reinterpretação de estruturas transitivas em termos de verbos leves.

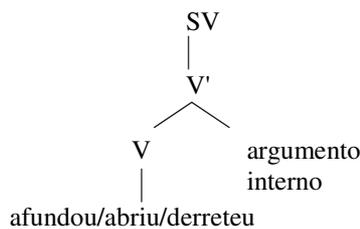
2.6.2. Verbos transitivos *versus* verbos inacusativos

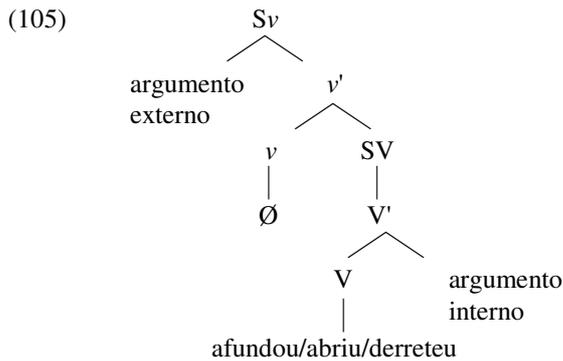
A reanálise de estruturas transitivas permite agora lidar, de maneira elegante, com o tipo de alternância exemplificada em (101)-(103).

- (101) a. A tempestade afundou o navio.
b. O navio afundou.
- (102) a. O vento abriu a porta.
b. A porta abriu.
- (103) a. O sol derreteu o gelo.
b. O gelo derreteu.

A análise tradicional dessas estruturas postulava uma ambigüidade lexical para verbos como *afundar*, *abrir* e *derreter*, dotando-os de uma entrada lexical transitiva e outra inacusativa. Dentro da perspectiva desenvolvida na seção 2.6.1, trata-se na verdade da mesma entrada lexical associada a estruturas distintas. A estrutura inacusativa será como representado em (104) abaixo, com o verbo selecionando um argumento interno. Já a construção transitiva envolve a subordinação de uma estrutura como (104) a uma estrutura nucleada por um verbo leve, como ilustrado em (105).

(104)



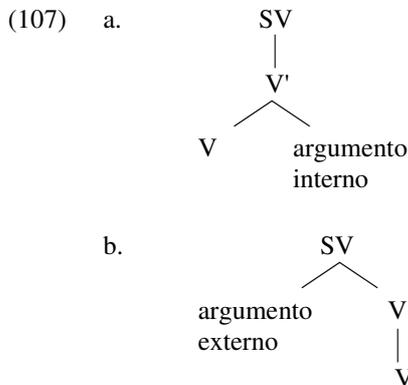


A aparente ambigüidade lexical em (101)-(103) na verdade resulta do fato de o verbo leve ser um morfema-Ø (foneticamente nulo) nesses casos. Podemos também a partir do contraste entre (104) e (105) prover uma explicação para o fato de verbos inacusativos, como o próprio nome diz, não atribuírem Caso acusativo (veja-se seção 2.4.4). Numa estrutura transitiva como (106) abaixo, é o verbo leve *dar* que atribui caso acusativo ao SN *um beijo na Maria*. Assumindo que essa é uma propriedade geral dos verbos leves, há atribuição de Caso acusativo em estruturas como (105), mas não (104). O argumento interno de (104) pode, portanto, se mover para a posição de sujeito externa a SV, receber Caso nominativo e determinar a concordância verbal (veja-se seção 2.3), como exemplificado pelas sentenças em (101b), (102b) e (103b).

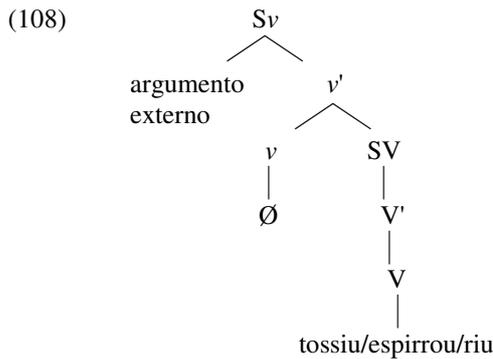
(106) O João deu um beijo na Maria.

2.6.3. Verbos inacusativos *versus* verbos inergativos

Na seção 2.4.4, a distinção entre verbos inacusativos e inergativos foi capturada em termos das estruturas em (107a) e (107b), respectivamente.



Tendo em vista a **reanálise** de argumentos externos como especificadores de Sv, a estrutura de verbos inacusativos se mantém como representado em (107a), mas a **estrutura** de verbos inergativos em (107b) deve ser reanalisada nos moldes de (108).



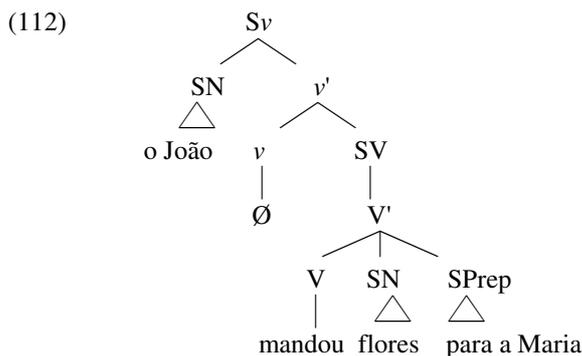
Observe que uma vez que é o verbo leve o responsável pela atribuição de Caso acusativo, a estrutura em (108) permite que o verbo tome um complemento. Vêm daí os chamados “objetos cognatos”, que são possíveis com verbos inergativos, como ilustrado em (109) abaixo. Note que uma vez que o argumento de um verbo inacusativo já ocupa a posição de complemento (cf. (107a)), não é possível acrescentar um objeto cognato a uma estrutura inacusativa, como ilustrado em (110).

- (109) a. O João tossiu uma tosse esquisita.
 b. O João espirrou um espirro escandaloso.
 c. O João riu uma risada escandalosa.
- (110) a. *O João sumiu um sumiço inesperado.
 b. *O João caiu uma queda feia.
 c. *O João desapareceu um desaparecimento inusitado.

2.6.4. Verbos bitransitivos

Diante da reinterpretação da posição estrutural do argumento externo, uma sentença contendo uma construção bitransitiva como (111) deveria estar associada a uma estrutura como (112).

- (111) O João mandou flores para a Maria.

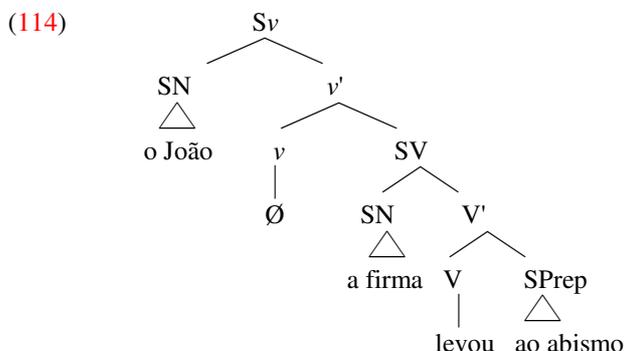


Considere agora as sentenças em (113) abaixo.

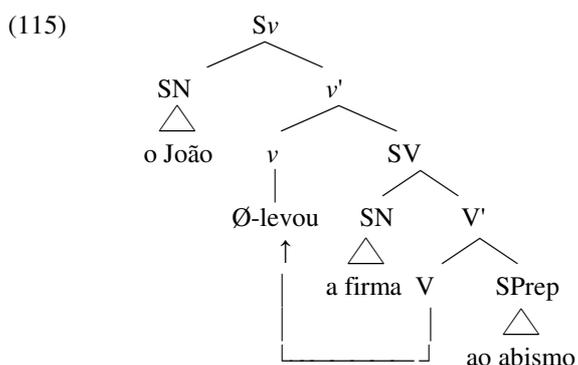
- (113) a. O João *levou* a firma *ao abismo*.
 b. O João *mandou* a sogra *às favas*.
 c. A Maria *mandou* o namorado *pra PQP*.

O verbo e o “objeto indireto” constituem expressões idiomáticas em (113) e, como vimos na seção 2.3, expressões idiomáticas devem corresponder a um constituinte sintático. Entretanto, não é isso o que se vê numa estrutura como (112).

A existência de expressões idiomáticas envolvendo verbo e objeto indireto nos conduz a uma reformulação de estruturas bitransitivas como (113a), por exemplo, nos moldes de (114):



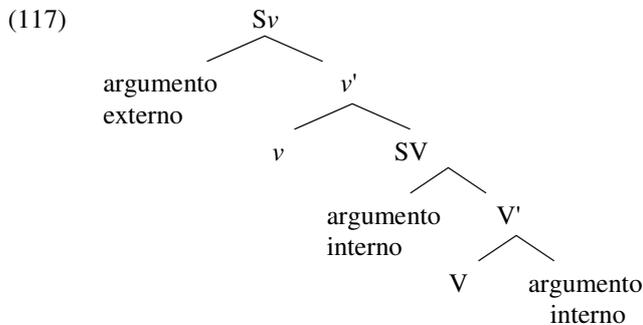
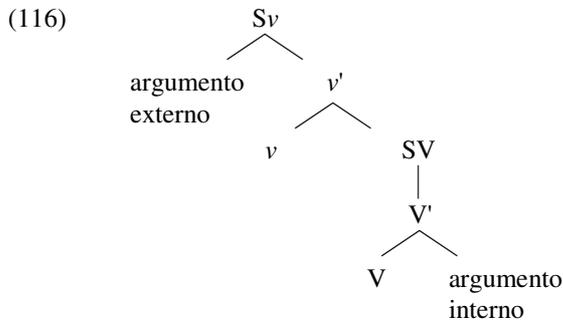
(114) num certo sentido agrupa praticamente todas as propriedades estruturais discutidas ao longo deste capítulo. Em primeiro lugar, o argumento externo é gerado no especificador de Sv, à semelhança do **que** ocorre em construções transitivas e inergativas. Em segundo lugar, (114) pressupõe que o SN *a firma* não estabelece um relação direta com o verbo, mas com o V'; em outras palavras, a interpretação semântica do SN *a firma* se dá em função de V e SPrep e, como tal, poderá ter seu valor semântico alterado se mudarmos o conteúdo do SPrep. Isso fica evidente se substituirmos *ao abismo* em (114) por *à recuperação*, por exemplo. Outro fator presente na estrutura de (114) é a ramificação binária, que agora uniformiza todas as estruturas. Finalmente, a ordem linear superficial é obtida através do movimento do verbo para satisfazer as propriedades afixais do morfema-∅, como ilustrado em (115).



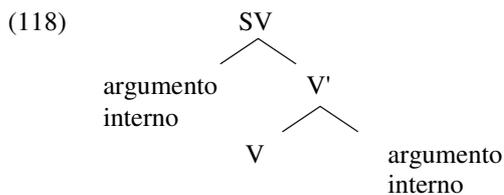
2.6.5. Verbos “transitivos” com dois argumentos internos

A seção 2.4.4 começou com a hipótese de que deveria haver, em princípio, duas configurações estruturais para verbos monoargumentais e vimos que as duas possibilidades lógicas correspondem de fato a duas classes distintas: verbos inacusativos e verbos inergativos. Esses resultados nos levam a reconsiderar a classe dos verbos transitivos, i.e., verbos com dois argumentos.

Na seção 2.6.1 tratamos desses casos como simplesmente envolvendo um argumento de cada tipo: um argumento externo no especificador de Sv e um argumento interno na posição de complemento de V, como ilustrado em (116) abaixo. Vimos também na seção 2.6.4 que a estrutura de verbos bitransitivos admite dois argumentos internos, uma na posição de especificador e outro na posição de complemento de V, como representado em (117).



Tendo em vista as relações estruturais viabilizadas em (117), surge a possibilidade lógica de verbos de dois argumentos poderem também selecionar apenas argumentos internos, como representado em (118) abaixo. Haveria, então, uma classe de verbos transitivos com dois argumentos internos?

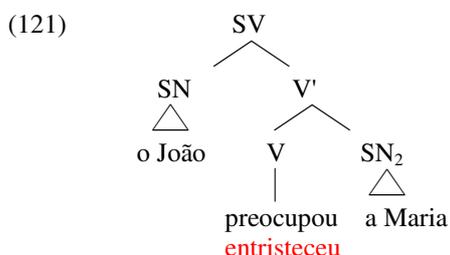


De fato, quando comparamos predicados de ação como os de (119) abaixo com certos predicados psicológicos, como os de (120), por exemplo, verificamos que estamos diante de tipos de argumentos distintos. Verbos que prototipicamente demandam um argumento externo, como em (119a), geralmente admitem construções passivas, como ilustrado em (119b). Verbos psicológicos como os de (120a), por outro lado, são bastante refratários à passivização, como se pode ver em (120b).

- (119) a. O João beijou/beliscou a Maria
 b. A Maria foi beijada/beliscada pelo João

- (120) a. O João preocupou/entristeceu a Maria
 b. *A Maria foi preocupada/entristecida pelo João

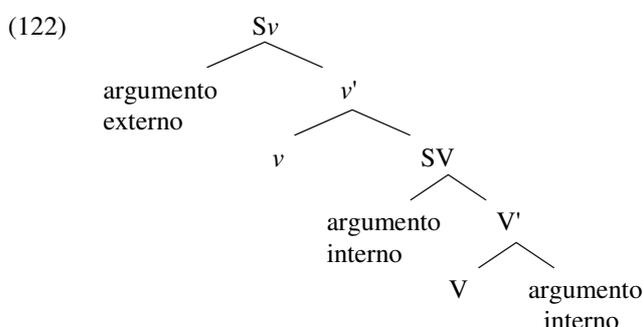
Assimetrias como essas têm levado à conclusão de que verbos de dois argumentos podem não demandar que um desses argumentos seja externo. Ou seja, verbos como *preocupar* e *entristecer* em (120a) podem selecionar dois argumentos internos, como representado em (121).



A estrutura em (121) sugere, portanto, que o preenchimento das posições de especificador e complemento dentro de SV depende fundamentalmente das relações semânticas estabelecidas e é em certa medida independente da presença de Sv na estrutura.

2.6.6. Esquema geral da estrutura do sintagma verbal

De acordo com o que vimos acima, SVs podem em princípio se organizar em torno de duas camadas: uma camada nucleada por um verbo semanticamente pleno e uma camada nucleada por um verbo leve, como representado em (122) abaixo. A realização de cada camada bem como dos argumentos a elas associados vai depender da informação temática lexicalmente definida para cada verbo.



Nos próximos capítulos veremos como as informações encapsuladas em (122) interagem com domínios maiores da sentença.

Sugestões de leituras para este capítulo

Para um panorama da distribuição dos complementos verbais no PB falado, ver Dillinger, Galves, Pagotto e Cerqueira (1996).

Para a distinção argumento externo/argumento interno, sugerimos Williams (1981) e Marantz (1984). Sobre a posição do argumento externo dentro de SV, ver Koopman e Sportiche (1991) e McKloskey (1997).

Para a distinção entre verbos inacusativos e inergativos, ver Perlmutter (1978) e Burzio (1986). Para uma discussão dessa distinção com base nos dados do português, ver Eliseu (1984) e Whitaker-Franchi (1989).

Para construções de alçamento em geral, incluindo verbos auxiliares, ver Postal (1974).

Sobre verbos leves em diversas línguas, ver Hale e Keyser (1993), Chomsky (1995) e Baker (1997); sobre verbos leves no PB, ver Neves (2002), Avelar (2004) e Scher (2004).

Para estudos sobre clíticos no PB, ver, entre outros, Pagotto (1992, 1993), Cyrino (1993), Galves (2001), Kato (2002b) e, comparando o PB com o português europeu, ver Galves, Torres Morais & Ribeiro (2005).

Sobre elipse de SV, complementos nulos e objetos nulos em outras línguas, ver Huang (1984, 1989, 1991), Campos (1986), Raposo (1986), Rizzi (1986) Chao (1987), Cole (1987), Landa (1991), Matos (1992) e Lobeck (1999).

Sobre o objeto nulo no PB, ver Duarte (1986), Galves (1987, 1989a,b), Farrell (1990), Nunes (1993), Kato (1994), Corrêa (1992), Nunes (1993), Creus & Menuzzi (2005), Cyrino e Lopes (2005), Kato e Raposo (2005, 2007), e Lopes e Cyrino (2005).

Para estudos sobre os complementos nulos no português, ver Cyrino (1996, 1997, 1999, 2000, 2002, 2004, 2006), Cyrino, Duarte e Kato (2000), Cyrino e Matos (2002, 2005, 2006).

Para a formulação original da organização do sintagma verbal em duas camadas, ver Larson (1988). Para sua posterior reformulação em termos de uma camada nucleada por um verbo leve, ver Chomsky (1995). Sobre verbos psicológicos, ver Belletti e Rizzi (1988); para uma discussão sobre o português, ver Cançado (1995).

Referências

- Abaurre, M. B. & Galves, C. M. C. Os Clíticos no português brasileiro: uma abordagem sintático-fonológica. In A. T. de Castilho & M. Basílio. (orgs.). *Gramática do português falado: Estudos descritivos*. Vol. 4. pp. 273-320. Campinas: Unicamp. 1996.
- Avelar, J. Dinâmicas morfossintáticas com *ter*, *ser* e *estar* em português brasileiro. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas. 2004.
- Baker, M. Thematic roles and grammatical categories. In L. Haegeman (org.), *Elements of Grammar: Handbook of Generative Syntax*, pp. 73-137. Dordrecht: Kluwer. 1997.
- Belletti, A. e L. Rizzi. Psych-verbs and θ -theory. *Natural Language & Linguistic Theory* 6, 291-352. 1988.
- Burzio, L. *Italian Syntax*. Dordrecht: Reidel. 1986.
- Campos, H. Indefinite Object Drop. *Linguistic Inquiry* 17: 354-359. 1986.

- Cançado, M. Verbos psicológicos: A relevância dos papéis vistos sob a ótica de uma semântica representacional. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas. 1995.
- Chao, W. On Ellipsis. Tese de doutorado, University of Massachusetts, reproduzida por Graduate Linguistics Student Association, University of Massachusetts, Amherst, MA, EUA. 1987.
- Chomsky, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press. 1995.
- Cole, P. Null Objects in Universal Grammar. *Linguistic Inquiry* 18:597-612. 1987.
- Corrêa, V. R. O Objeto Direto Nulo no Português do Brasil. Dissertação de mestrado, UNICAMP. 1992.
- Creus, S. & Menuzzi, S. Sobre o papel do gênero na alternância entre objetos nulos e pronomes plenos em português brasileiro http://www.geocities.com/smenuzzi/download/creus_menzzi_celsul2004.pdf 2005.
- Cyrino, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In I. Roberts & M. A. Kato (orgs.) *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP. 1993.
- Cyrino, S.M.L. *O objeto nulo no português do Brasil – um estudo sintático-diacrônico*. Londrina, Editora da UEL. 1997.
- Cyrino, S.M.L. Elementos nulos pós-verbais no português brasileiro oral contemporâneo. In M.H. Moura Neves (org.) *Gramática do Português Falado*, vol. VII, pp.595-625. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP. 1999.
- Cyrino, S.M.L. O objeto nulo no português brasileiro. In E. Gärtner, C. Hundt & A. Schönberger (orgs.) *Estudos de gramática portuguesa* vol III. pp. 61-73. Frankfurt am Main, TFM. 2000.
- Cyrino, S.M.L. Complementos nulos em anúncios de jornal do século XIX. In T. Alkmin (org.) *Para a história do português brasileiro* vol. III: Novos estudos. Pp. 221-245. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP. 2002.
- Cyrino, S.M.L. On the existence of Null Complement Anaphora in Brazilian Portuguese. *Revista Letras*, n. 63, p. 97-117. 2004.
- Cyrino, S.M.L. Algumas questões sobre a elipse de VP e objeto nulo em PB e PE”. In M. Guedes; R. Berlinck & C. Murakawa (orgs.) *Teoria e análise lingüísticas: novas trilhas*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP,SP, Cultura Acadêmica. 2006.
- Cyrino, S., Duarte, M.E. & Kato, M. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In M. Kato & E. V. Negrão (orgs.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, pp. 53-73. Frankfurt & Madrid, Vervuert-Iberoamericana. 2000.
- Cyrino, S. & Matos, G. VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese – a comparative analysis. *Journal of Portuguese Linguistics* 1(2): 177-196. 2002.
- Cyrino, S. & Matos, G. Local licensers and recovering in VP ellipsis. *Journal of Portuguese Linguistics*. 4(2): 79-112. 2005.
- Cyrino, S & Matos, G. Null complement anaphora in Romance: deep or surface anaphora? In J. Doetjes & P. González (orgs.) *Romance Languages and Linguistic Theory*, pp. 95-120, John Benjamins. 2006.
- Dillinger, M., Galves, C., Pagotto, E. & Cerqueira, V. Padrões de Complementação no Português Falado. In M. A. Kato (org.) *Gramática do Português Falado. Vol. V: Convergências*, pp. 275-326. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP. 1996.

- Duarte, M. E. L. Variação e Sintaxe: Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil. Dissertação de mestrado, PUC-SP. 1986.
- Eliseu, A. Verbos ergativos do português: descrição e análise. Trabalho de síntese para provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Universidade de Lisboa. 1984.
- Farrell, P. Null Objects in Brazilian Portuguese. *The Linguistic Review* 8: 325-346. 1990.
- Galves, C. A Sintaxe do Português Brasileiro. *Ensaio de Linguística* 13: 31-50. 1987.
- Galves, C. O Objeto Nulo no Português Brasileiro: Percurso de uma Pesquisa. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 17: 65-90. 1989a.
- Galves, C. Objet Nul et Structure de la Proposition en Portugais Brésilien. *Revue des Langues Romanes* 93: 305-336. 1989b.
- Galves, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, Editora da Unicamp. 2001.
- Galves, C., Torres Moraes, M.A. & Ribeiro, I. Syntax and morphology in the placement of clitics in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*. 4(2): 143-177. 2005.
- Hale, K. and S. J. Keyser. On argument structure and the lexical expression of grammatical relations. In K. Hale and S. J. Keyser (orgs.), *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*, pp. 53-110. Cambridge, MA: MIT Press. 1993.
- Huang, C. T. J. On the Distribution and Reference of the Empty Categories. *Linguistic Inquiry* 15: 531-574. 1984.
- Huang, C. T. J. Pro-Drop in Chinese. In O. Jaeggli & K. Safir (orgs.) *The Null Subject Parameter*, Dordrecht, Foris. 1989.
- Huang, C. T. J. Remarks on the Status of the Null Object. In R. Freidin (org.) *Principles and Parameters in Comparative Grammar*. Cambridge, MIT Press. 1991.
- Kato, M.A. The Distribution of Pronouns and Null Elements in Object Position in Brazilian Portuguese. In W. Ashby, M.M.G. Perissinotto & E. Raposo (orgs.) *Linguistic Perspectives on the Romance Languages*. Amsterdam, John Benjamins. 1993b.
- Kato, M. A. A Theory of Null Objects and the Development of a Brazilian Child Grammar. In: R. Tracy & E. Lattey (orgs) *How Tolerant is Universal Grammar*. 125-153. Tübingen: Niemeyer. 1994.
- Kato, M.A. Pronomes fortes e fracos na gramática do português brasileiro. *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, Portugal, v. Vol XX, p. 101-122. 2002b.
- Kato, M.A. Null objects, null resumptives and VP-ellipsis in European and Brazilian Portuguese. In: J. Quer, J. Schrotten, M. Scorretti, P. Sleeman & E. Verheugd (orgs.) *Romance Languages and Linguistic Theory*. Amsterdam: John Benjamins, 2003.
- Koopman, H. and D. Sportiche. The position of subjects. *Lingua* 85, 211-258. 1991.
- Kury, A. da G. *Pequena Gramática para a Explicação da Nova Nomenclatura Gramatical*. 9ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. Agir. 1964.
- Landa, A. Conditions on Null Objects in Basque Spanish within a Cross-Linguistic Analysis. ms., USC, Los Angeles, EUA. 1991.
- Larson, R. On the double object construction. *Linguistic Inquiry* 19, 335-391. 1988.
- Lobeck, A. VP-Ellipsis and the Minimalist Program: Some Speculations and Proposals. In S. Lappin & E. Benmamoun (orgs.), *Fragments - Studies in Ellipsis and Gapping*. pp. 98-123. New York/Oxford: Oxford University Press. 1999.

- Marantz, A. *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge, MA: MIT Press. 1984.
- Matos, G. *Construções de Elipse do predicado em Português - SV Nulo e Despojamento*. Tese de doutorado, Universidade de Lisboa. 1992.
- McCloskey, J. Subjecthood and subject positions. In L. Haegeman (org.), *Elements of Grammar: Handbook of Generative Syntax*, pp. 197-235. Dordrecht: Kluwer. 1997.
- Neves, M. H. Estudo das construções com verbo-suporte em português. In I. Koch (org.), *Gramática do Português Falado, Volume VI: Desenvolvimentos*, pp. 209-238, Campinas, Editora da UNICAMP (2.^a ed. rev.). 2002.
- Nunes, J. Direção de Cliticização, Objeto Nulo e Pronome Tônico na Posição de Objeto em Português Brasileiro. In I. Roberts & M. A. Kato (orgs.) *Português Brasileiro - uma Viagem Diacrônica*, Campinas, Editora da UNICAMP. 1993.
- Pagotto, E. G. A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico. Dissertação de Mestrado, Unicamp. 1992.
- Pagotto, E. G. Clíticos, mudança e seleção natural. In: I. Roberts & M.A. Kato. (Orgs.) *Português brasileiro - Uma viagem diacrônica*. 1 ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 1993.
- Perlmutter, D. Impersonal passives and the unaccusative hypothesis. In J. Jaeger, A. C. Woodbury, and F. Ackerman (orgs.), *Proceedings of the Fourth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, pp. 157-189. Berkeley, CA: University of California, BLS. 1978.
- Postal, P. *On Raising: One Rule of English Grammar and Its Theoretical Implications*. Cambridge, MA: MIT Press. 1974.
- Raposo, E. On the Null Object in European Portuguese. In O. Jaeggli & C. Silva-Corvalán (orgs.) *Studies in Romance Linguistics*, Dordrecht, Foris. 1986.
- Rizzi, L. Null Objects and the Theory of pro. *Linguistic Inquiry* 17: 501-558. 1986.
- Rocha Lima, C. H. da. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 32.^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1972.
- Scher, A. As construções com o verbo leve *dar* e nominalizações em *-ada* no Português do Brasil. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas. 2004.
- Whitaker-Franchi, R. As construções ergativas: Um estudo sintático e semântico. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 1989.
- Williams, E. Argument structure and morphology. *The Linguistic Review* 1, 81-114. 1981.